

**Oswaldo Peralva**

O Distrito Federal entra em 1988 com o pé direito, amparado em duas conquistas históricas: a declaração de Brasília como patrimônio cultural da humanidade e a obtenção de duzentos milhões de dólares, metade do Banco Interamericano de Desenvolvimento e metade da Caixa Econômica Federal, para abastecimento de água e saneamento básico, inclusive para despoluição do Lago Paranoá.

Com visão de estadista, arrostando a fúria oposicionista no Congresso Nacional e na imprensa, Juscelino Kubitschek concebeu a nova capital não como uma cidade qualquer, acanhada, provinciana, porém algo que refletisse a grandeza do Brasil. Foi isso o que afirmou a Oscar Niemeyer ao buscar o arquiteto em sua residência no Rio de Janeiro e convidá-lo a participar do gigantesco empreendimento.

Concluída a obra, que recebeu os aplausos do mundo, era preciso preservá-la contra as desfigurações de toda sorte, determinadas umas pelo mau gosto de eventuais governantes, e outras por interesses privados de grupos imobiliários. As gestões iniciadas pelo governador José Aparecido em dezembro de 1985, junto à Unesco, em Paris, para incluir Brasília na lista do Patrimônio Mundial, e afinal vitoriosas dois anos depois, foram entremeadas de medidas legais para preservar-lhe as características urbanas e arquitetônicas, conforme exigências da própria Unesco. Seu diretor-geral, Federico Mayor, proclama: "Agora a capital brasileira está sob a proteção da comunidade mundial contra catástrofes ou qualquer tentativa de descaracterização".

O significado maior deste acontecimento há de ser devidamente apreendido com a passagem do tempo.

Mas, desde logo, pode-se vincular-lo às negociações, estabelecidas com governos e entidades particulares no exterior, dentro da observação do diretor-geral da Unesco sobre a proteção da comunidade mundial. Dez dias após a declaração de Paris, a diretoria do BID aprovava em Washington o empréstimo para os trabalhos da Caesb. A decisão fundamentou-se, conforme alegação expressa, na excelência técnica dos

projetos que lhe foram submetidos, mas o volume dos recursos (10% do total disponível) e a rapidez com que tramitou o processo devem ser creditados também à situação de Brasília, bem cultural contemporâneo, que estava para ser e acabou sendo reconhecido como pertencente a toda a humanidade.

Acontece que esse bem cultural não é uma ruína, porém uma cidade viva, cuja população se aproxima dos dois milhões de habitantes e é sede dos poderes da República e das embaixadas estrangeiras. Com a velocidade do crescimento demográfico, apontado nas estatísticas como o mais alto no mundo, a previsão é de que a chegada do terceiro milênio já encontre aqui mais de 4 milhões de moradores.

Daí a importância histórica das obras a serem efetuadas com os recursos do BID e da Caixa Econômica, sobretudo tendo em vista que há uma década de atraso nos grandes reservatórios e estações de tratamento, conforme constatou a equipe da Caesb, sob a presidência do professor William Penido.

Essa imprevidência ameaçava os habitantes de Brasília com o racionamento de água, como ocorria outrora na antiga capital, Rio de Janeiro, além do perigo crescente para a saúde pública, decorrente da poluição do Lago Paranoá.

Em resumo, o Governo defrontava-se com a necessidade inadiável da execução de projetos de ampliação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água, da construção de novas redes de esgotos de Brasília e das cidades-satélites. Os empréstimos que vem de obter permitem a solução do problema.

Em grande parte, esses são os frutos de contatos diretos e conversações do governador do DF em suas viagens ao exterior. Agora ele vai empreender nova viagem, à Europa e ao Extremo Oriente, levando como preocupação principal adquirir meios para resolver outro grave problema, já equacionado — o do transporte de massa.